

Cientistas Negras na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo no IFBA

Black Scientist In The Professional And Technology Education: a case study at IFBA

Recebido: 11/08/0021 | **Revisado:** 06/10/2021 | **Aceito:** 06/10/2021 | **Publicado:** 21/12/2021

Caliane Costa dos Santos Conceição
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5057-6601>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
E-mail: caliane_csc@hotmail.com

Luiza Matos Mota
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9064-0807>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
E-mail: luiza.mota@ifba.edu.br

Como citar: CONCEIÇÃO, C. C. dos S.; MOTA, L. M. Cientistas Negras na Educação Profissional e Tecnológica: um estudo no IFBA. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e12889, dez. 2021. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada Histórias de Vida de Docentes Negras na Educação Profissional e Tecnológica do IFBA: E eu não sou cientista? que objetivou investigar como o racismo e sexismo estruturais se interseccionam nas trajetórias de cientistas e atuam como mecanismo de silenciamento das mesmas. O debate sobre gênero é construído a partir de autoras como Pedro (2005); Bento (2006), e ampliando esta discussão para as mulheres negras a partir de Ribeiro (2018). A metodologia é qualitativa e o método adotado é da história de vida, foram utilizados como instrumentos o questionário e a entrevista narrativa. O catálogo construído a partir da pesquisa apresenta as trajetórias de vida das cientistas é permeada por desafios impostos pelas estruturas de dominação.

Palavras-chave: Cientistas negras; Educação Profissional e Tecnológica; Histórias de Vida.

Abstract

The present article show partial results of research of master entitled History of life of Black Teachers in the Professional and Technology Education of IFBA: And I, I'm not a scientist? That aimed investigate like the racism and sexism structural intersect in the trajectories of scientist and act like mechanism of invisibility and silencing of same. The debate about gender is built from authors like Pedro (2005); Bento (2006), and enlarging this discussion to black women from Ribeiro (2018). The methodology is of history of life, it was utilized like instrument the quiz and the narrative interview. The catalog make from research show of trajectories of life of scientist is pervaded to challenges taxes to domination structures that need to be faced daily in the institutions.

Keywords: *Black Scientist; Professional And Technology Education; history of life.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado intitulada Histórias de Vida de Docentes Negras na Educação Profissional e Tecnológica do IFBA: “E eu, eu não sou cientista?” realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PEOFEPT – IFBA/Campus Salvador), que tem por objetivo investigar como o racismo e sexismo estruturais se interseccionam nas trajetórias de cientistas e atuam como mecanismo de invisibilidade e silenciamento das mesmas. Realizada no Instituto Federal da Bahia, campus Salvador.

O silenciamento que marca o debate sobre as questões raciais no campo da EPT, quanto em tantos outros, é a marca do racismo. Eliane Cavalleiro em sua pesquisa denominada “Do silêncio do lar ao silêncio escolar”, evidencia que desde a família o racismo é camuflado, como se assim ele deixasse de existir, quando na verdade potencializa esse sistema de opressão que se reproduz em todas as instituições através da ideologia, esta pesquisa pretende contribuir para criar fissuras nos muros que tem invisibilizado esse debate, sobretudo no campo da EPT. Visto que, esse é um debate extremamente necessário de ser realizado, pois historicamente tem sido negado as mulheres negras o acesso ao ambiente acadêmico enquanto produtoras de conhecimento, devido ao racismo e sexismo estruturais que se encontra arraigado em nossa sociedade. Trajetórias interrompidas e fracassos provocados pela inércia do Estado frente as desigualdades sociais que têm se perpetuado, o silêncio tem sido uma das formas mais eficazes de omissão nas diferentes instâncias.

Embora os diversos setores dos movimentos negros tenham realizados historicamente manifestações públicas denunciando a discriminação racial e tenha conquistado muita coisa ao longo do tempo, se observarmos no âmbito da EPT, trabalhos que abordem as questões raciais, de gênero e classe de forma interseccionada, são *a priori*, poucos e secundarizados, revelando uma lacuna que precisa ser superada mediante elaboração de pesquisas que levem em consideração esses marcadores sociais no contexto educacional.

Nesse sentido, realizou-se a partir da pesquisa a elaboração de um catálogo, evidenciando as trajetórias de cientistas negras no campo da Educação Profissional, enquanto instrumento didático-pedagógico que possa contribuir para a efetivação da lei 10.639/03 no ambiente escolar, na medida em que constrói referências que contribuam para o processo de afiliação simbólica nessas instituições, mas também visibilizando os obstáculos produzidos pela coalizão de opressões na construção das carreiras das cientistas investigadas. Tem como público alvo estudantes de Ensino Médio da EPT.

A abordagem é qualitativa, centrada no método da história de vida. A entrevista foi utilizada como elemento de produção coletiva de dados primários, que possibilitou a (re) construção de trajetórias de vida e formação profissional de Cientistas Negras do IFBA, Campus Salvador, realizada de forma virtual devido ao contexto pandêmico. Também compõe o catálogo minibiografias de cientistas negras egressas do IFBA/Salvador.

Investigamos as trajetórias de oito cientistas das áreas de física, matemática e química, seis delas licenciadas e duas bacharelas que atuam no IFBA/Salvador,

somam-se dois campos socialmente masculinizadas, tendo em vista a baixa representatividade de mulheres negras nas áreas de ciências exatas (ROSA, 2015) e a tradição tecnicista da EPT. No catálogo abordamos as histórias de vidas das cientistas licenciadas, por considerar o baixo prestígio atribuído à licenciatura enquanto área de produção de conhecimento científico, sobretudo em instituições tecnológicas.

Aqui serão apresentadas breves reflexões sobre o debate de gênero e raça, buscando compreender de que forma estes atravessamentos constituem e condicionam as trajetórias de mulheres negras. Na sequência apresentamos dados e pesquisas sobre a presença/ausência de mulheres negras nas ciências, caracterizando a condição vivenciadas pelas sujeitas pesquisa. A penúltima sessão apresenta e problematiza os dados da pesquisa, evidenciando sua relação com as pesquisas citadas, por fim, as considerações finais apontam caminhos para a utilização desta pesquisa em sala de aula.

2 GÊNERO E RAÇA: REFLEXÕES INICIAIS

A palavra gênero na gramática da língua portuguesa se refere a distinção entre masculino e feminino, inexistente na língua portuguesa, ao contrário do latim, o sexo neutro, por isso mesmo até para aqueles seres/objetos que não tem sexo é atribuído um gênero. Em sua utilização moderna o termo gênero aparece, inicialmente, sendo empregado por feministas norte-americanas com o objetivo de contestar as determinações biológicas associadas ao sexo. O gênero, nesse sentido, estaria relacionado ao caráter social das distinções baseadas no sexo, que são culturalmente distintas e historicamente mutáveis.

As feministas insistiam que ao inserir o gênero como categoria de análise para compreender as relações históricas entre os sexos, poderia contribuir para incluir as mulheres na história. No entanto, historiadores (as) não feministas mesmo reconhecendo a história das mulheres, mantiveram-na separada da história pública e política, como se estas estivessem restritas ao aspecto doméstico e do sexo (SCOTT, 1995).

Pedro (2005) aponta que o termo gênero foi utilizado nos debates do movimento feminista a fim de compreender/explicar as questões relativas à subordinação sofrida pelas mulheres. Segundo a autora, para melhor compreender o uso do termo pelos movimentos é preciso conhecer o próprio movimento e as “ondas” pelas quais passou no decurso histórico.

O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres (PEDRO, 2005, p.79).

É no bojo desta segunda onda que as feministas encamparam, inicialmente, a luta pelo reconhecimento da categoria mulher, em relação ao termo “homem” utilizado como sinônimo de ser humano universal/humanidade. Ser mulher estava relacionado a compartilhar uma história de submissão, preconceito e discriminação em relação aos seus corpos, de modo a não permitir o pleno desenvolvimento em determinadas áreas, até então restritas aos homens.

Este discurso encontrava respaldo na obra de Simone de Beauvoir “O segundo sexo”, que critica a sociedade dominada pelos homens e torna as mulheres submissas, apelava para a igualdade entre homens e mulheres. Este grupo de feministas ficou conhecido como igualitaristas. Contudo, havia outros movimentos que discordavam desta perspectiva e reivindicavam a feminização do mundo, de modo que pudesse haver a reinvenção do feminino, este grupo foi denominado de diferencialistas (PEDRO, 2005).

Os movimentos feministas sempre foram diversos, tinham em comum a luta contra a naturalização da submissão sofrida pelas mulheres em razão do seu sexo. O próprio uso da categoria “Mulher” passou a ser questionado dentro do movimento, pois a diferença biológica que compartilhavam em relação aos homens, não era suficiente para explicar as situações de opressão sofridas por mulheres negras, indígenas, trabalhadoras, etc.

É neste contexto, que a categoria “Gênero” começa a ser discutida no movimento feminista em substituição a universalização da categoria mulher, que não dava conta de apreender as especificidades entre elas, e ainda possibilitou a organização de um outro campo teórico o das “Masculinidades”, que se propunha também a desconstrução da ideia de homem universal com características estereotipadas.

A tarefa teórica era desconstruir essa mulher universal, apontando outras variáveis sociológicas que se articulassem para a construção das identidades dos gêneros. A categoria analítica “gênero” foi buscar nas classes sociais, nas nacionalidades, nas religiosidades, nas etnias e nas orientações sexuais os aportes necessários para desnaturalizar e dessencializar a categoria mulher, que se multiplica e se fragmenta em negras analfabetas, brancas conservadoras [...] (BENTO, 2006, p.74).

O feminismo negro é um desses movimentos que vão pautar as especificidades, neste caso, das mulheres negras em intersecção com as questões de classe. No entanto, debates como estes são mais antigos do que o uso da categoria “Mulher” ou “Gênero”, embora seu reconhecimento teórico só seja evidenciado a partir das lutas encampadas pelas mulheres afro estadunidenses em meados da década de 1960/1970, muito tempo antes as mulheres negras já reivindicavam seus direitos.

O discurso proferido por Sojourner Truth na *Women’s Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851, quando se discutia/questionava os direitos das mulheres, tendo em vista sua suposta fragilidade física e intelectual, já apontava para as especificidades das mulheres negras:

Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E eu não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem –quando tinha o que comer– e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari treze filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (RIBEIRO, 2017, p. 20).

Neste discurso já é possível observar não só uma reivindicação sobre o corpo e direitos reprodutivos, mas também em relação as condições de trabalho, que para as mulheres negras eram semelhantes às dos homens no período escravocrata. Diferente das mulheres brancas, as negras trabalham desde cedo fora do ambiente doméstico, a reivindicação destas estava relacionada a humanização de seus corpos, que desde a escravidão têm sido objetificados.

Esses papéis de gênero/sexo diferenciados segundo a raça e classe foram perpetuados após a abolição. Lélia Gonzalez em *Racismo e Sexismo na Cultura brasileira* (1984), aponta para três imagens que foram sendo constituídas sobre as mulheres negras: mulata, doméstica e mãe preta, esses papéis sexuais e racialmente situados informam também a condição socioeconômica dessas mulheres, que foram sendo naturalizados historicamente.

A figura da mulata é muito exaltada no carnaval, por meio dos desfiles das escolas de samba que exibem o corpo e a malemolência das mulheres, que são reduzidas, mais uma vez, ao corpo e à sexualidade. Ribeiro (2018) referindo-se ao uso do termo mulata, aponta que se trata de uma nomenclatura racista empregada desde o período colonial para se referir a mulheres mestiças, fruto do estupro de mulheres negras pelos senhores, que remete a origem da palavra espanhola “mula”, animal mestiço produto do cruzamento de animais de uma raça inferior com outro de raça superior, portanto híbrido.

A mulata que é evocada, sobretudo no carnaval, também é utilizada como fantasia estereotipada das mulheres negras, através de traços exacerbados na estética (cabelo, boca, nádegas). É nesse espaço de ridicularização que desejam perpetuar a imagem das mulheres negras, mas como salienta Ribeiro (2018), “não somos fantasia de carnaval – não podemos ser ridicularizadas ou tratadas como meros corpos que sambam e rebolam. Respeitem nossa humanidade” (RIBEIRO, 2018, p.50). Tanto a mulata quanto a doméstica, segundo Gonzalez, são uma “versão moderna” da mucama, que além de prestar os serviços domésticos era usada para satisfazer os desejos sexuais do senhor. A ideologia da democracia racial que se constituiu no Brasil, sobretudo a partir de Gilberto Freyre, contribuiu para romantizar a relação da doméstica com as famílias brancas, “afinal elas são quase de casa!”.

Portanto, para compreender as relações sociais no Brasil é indispensável a adoção da raça enquanto viés analítico, ainda que haja no imaginário social uma forte crença no “mito da democracia racial”, que propaga a ideia de que há, no Brasil, uma vivência harmoniosa e sem desigualdades entre as diferentes raças. A partir das incursões do movimento negro o termo “raça” é utilizado para fazer referência a condição social e política vivenciada pelos sujeitos pretos e pardos que têm sido inferiorizados em decorrência de elementos culturais e diacríticos que

remetem a uma ancestralidade negra e africana (GOMES, 2001). Estas relações conflituosas se reverberam nas instituições sociais (públicas e privadas) que fazem parte do estado brasileiro.

Tal situação tem se arrastado por décadas, colocando estes sujeitos numa situação de vulnerabilidade social que se encontra evidenciada nos altos índices de desemprego, analfabetismo, encarceramento e demais formas de mazelas sociais, o que Hasenbalg e Silva (1992, apud, GUIMARÃES, 2012) denominaram de ciclo cumulativo de desvantagens dos negros. “Ou seja, as estatísticas demonstram que a desvantagem dos negros não é apenas decorrente do passado, mas é ampliada no tempo presente, através de discriminações” (GUIMARÃES, 2012, p.74).

3 MULHERES NEGRAS E A CIÊNCIA

Sobre a baixa participação de mulheres negras nas ciências, temos poucos dados sobre isso que possam nos dar indicadores mais precisos sobre essas trajetórias. A pesquisa realizada por Silva (2010) sobre “Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais”, evidenciou, a partir dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que até 2005 o número de doutoras negras na Educação Universitária era apenas de 251, de um total de 63.234, se recortarmos para a área de ciências exatas, da terra e biológica esse número é de apenas 46. Já na pesquisa realizada por Euclides e Silva (2017), as mulheres negras (pretas e pardas) representam um percentual de 30% nas universidades e faculdades públicas e privadas do Brasil em 2015, embora a autora não apresente um recorte por área do conhecimento, observa-se de modo geral um crescimento, fruto das políticas afirmativas conquistadas nas últimas décadas.

No entanto, muitas mulheres negras ainda vivenciam a solidão dos espaços acadêmicos, como evidenciam Euclides e Silva (2015) em relação a presença de professoras negras na universidade: “quanto a presença de mulheres negras no espaço universitário, percebe-se que esse é um espaço de arranjos e rearranjos, no qual docentes negras na maioria das vezes sentem a solidão de militarem por suas respectivas causas” (EUCLIDES e SILVA, 2015, p.15). A inserção das questões raciais no âmbito acadêmico deve deixar de ser “apenas” uma militância daqueles que sentem o ônus do racismo no cotidiano, é urgente reconhecer essas problemática como uma questão social que envolve toda sociedade.

No que tange a área de ciências naturais a restrição é ainda maior, segundo a pesquisa realizada por Cunha (2014) até os 12 anos verifica-se que o interesse de meninos e meninas pela área de ciências se igualam, e a partir dessa idade diminui o interesse delas, enquanto se mantém o dos meninos. A autora sugere que o “desinteresse” está relacionado ao processo de educação (escolar, familiar e religioso) que promove espaços de socialização diferentes e reproduzem estereótipo ligados a ambos os sexos. Nesse sentido, é essencial que a escola cumpra sua função social e promova espaços de incentivo a participação das mulheres nas áreas científicas.

As cientistas negras estão presentes no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, no entanto, sua presença tem sido eclipsada pelo padrão de cientista

que vigora no imaginário acadêmico e que reflete no contexto social. Ainda que em termos quantitativos tenhamos avançado no número de mulheres que acessam as instituições federais e que seguem a carreira científica nos ambientes escolares, é preciso reconhecer a integralidade desses dados, a partir dos eixos de raça e classe, a fim de não perpetuarmos desigualdades de outra ordem.

En Espana, por ejemplo, las mujeres representan casi el 55% del alumnado universitario y el 50,2% de los estudiantes de doctorado (datos de 2008). Sin embargo, las mujeres negras, indias o mestizas no han conseguido todavía esta igualdad, por lo tanto nos encontramos todavía ante una situación de injusticia cuando el análisis del acceso de las mujeres a los estudios universitarios se interrelaciona con la clase social y la etnia (ALEMANY, 2011, p.44).

A pesquisa realizada por Soares [et.al] (2017), num Colégio Estadual de Educação Profissional – CEEP do município de Salvador – Ba, intitulada: “Mulher negras no mundo do trabalho: a questão da autoestima e identidade étnico- racial na educação profissional”, destaca que, no contexto da EPT há um apelo as individualidades e as lutas de grupos seletivos, em resposta às demandas do capitalismo que estão subjacentes no currículo dos cursos, sem descortinar o elemento racial que o estrutura e que atravessa as trajetórias dos sujeitos. “É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas” (GONZALEZ, 1985, p.3).

A atuação de mulheres negras em contextos marcadamente masculino, devido a cultura androcêntrica e racista que estrutura as relações, é permeada por desafios cotidianos que, vão desde a falta de acesso aos processos educativos que as incentivem a seguir a carreira científica, até as práticas discriminatórias e o epistemicídio, que negam a intelectualidade e as possibilidades de ascensão na carreira.

El mundo de la ciencia “profesional” fue una esfera de acción masculina durante los siglos 18, 19 y principios del siglo 20, y ciertos campos permanecen así aún hoy. Las mujeres han encontrado en las mayores barreras quedan en la física y las ciencias de la computación. Históricamente, ha faltado acceso a la educación formal para niñas y mujeres a un nivel que les prepare para poder trabajar en la ciencia (MALCOM, 2011, p.65).

As ciências sejam elas naturais, humanas, sociais (divisão historicamente construída) exigem um trabalho intelectual intenso, e padecem ainda de uma concepção marcadamente racista e sexista, colocando negras (os) e mulheres de forma geral, na condição de incapazes de resolver problemas dessa natureza, por uma suposta inferioridade historicamente construída. Essa discriminação tem influenciado/determinado desde as escolhas feitas por mulheres negras, no que

tange a área do conhecimento que atuam, quanto a permanência e a visibilidade daquelas que escolhem a área de ciências.

A plataforma Nilo Peçanha que apresenta os dados sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, expõe a composição racial dos estudantes, mas quando se refere ao corpo docente disponibiliza apenas os dados sobre: Regime de trabalho, vínculo com a administração pública, titulação e matrículas por professor. A falta de informações sobre a representatividade dos docentes quanto ao gênero e raça, área de formação e modalidade de atuação invisibilizam e inviabilizam a construção de conhecimentos mais palpáveis sobre o perfil docente da rede.

Os dados que serão apresentados são resultado de um estudo de caso com docentes negras do Instituto Federal da Bahia – campus Salvador, licenciadas nas áreas de Química, Física e Matemática, onde objetivou-se investigar como o racismo e sexismo estruturais se interseccionam nas trajetórias de cientistas e atuam como mecanismo de invisibilidade e silenciamento das mesmas.

A (in)visibilidade da trajetória de cientistas negras é fundamental para desvelar como as estruturas de opressão se materializam e produzem desigualdades, por outro lado também, essas trajetórias tornam-se referências para incentivar jovens negras a seguir carreira científica, na medida em que elas percebem que nossas histórias de vida se encontram, e que os caminhos já começaram a ser desbravados por pioneiras que enfrentaram muitos desafios para que possamos chegar, produzindo brechas e estratégias que permitam a outras de nós alçar novos voos, tendo consciência das opressões, das lutas e, sobretudo, das estratégias de aquilombamento que nos fazem (re)existir apesar das tentativas de aniquilamento física e simbólica.

4 PROFESSORAS NEGRAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O Catálogo produzido a partir da pesquisa é composto pelas biografias de seis cientistas negras que atuam no IFBA, Campus Salvador e sete mine biografias de egressas da instituição desde o período em que era Escola Técnica Federal da Bahia, até quando tornou-se Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia. Foram adotados alguns critérios para selecionar o perfil das seis cientistas, primeiro: o auto reconhecimento enquanto mulher negra, isto se deu através de um questionário on-line em que elas puderam declarar seu pertencimento racial, dentre outras informações.

Segundo, ser licenciada, pois no campo acadêmico há um baixo reconhecimento da atividade de pesquisa realizada por docentes, sobretudo em instituições com tradição tecnicista, o que foi ratificado pela pesquisa. Terceiro, pertencer a área de ciências exatas, buscando dá visibilidade ao baixo número de mulheres negras que ocupam esse espaço. Esse perfil, permeado por hierarquias e desigualdades nos revelou as assimetrias vivenciadas, tanto pelo cruzamento de marcadores sociais da diferença, quanto pelas hierarquias produzidas pelo colonialismo, que legitima quem pode produzir e quais os conhecimentos válidos.

A composição racial dos departamentos que as cientistas fazem parte é um dado que revela as assimetrias raciais e de gênero que permeiam a instituição são

espaços em que se tem três, ou, no máximo, quatro mulheres negras em universos de cerca de trinta docentes por departamento. Oliveira (2003) questiona a naturalização do perfil branco de docentes das universidades e, acrescento, das instituições federais de modo geral, que longe de se configurarem em processos de seleção objetivos, tem sido historicamente um mecanismo de reprodução das desigualdades sócio raciais.

Por que, após tanto tempo, temos universidades ainda tão brancas? Isto não é resultado de uma prática racista que está na sociedade apenas: resulta de um esforço sistemático (mesmo que quase nunca verbalizado) feito pelos próprios acadêmicos. [...] Não temos razão para naturalizar o processo de entrada dos professores, que é o que temos feito até agora, como se todos os docentes que hoje ensinam nas universidades federais tivessem entrado por processos justos e transparentes, o que nem sempre foi o caso (OLIVEIRA, 2003, p. 164-165).

Esta perspectiva pode ser ratificada pelo depoimento abaixo, uma frase dita em relação a uma das cientistas quando se submeteu ao processo de seleção para docente na instituição, em que se pode observar a negação da sua capacidade para concorrer com os/as demais. Para Grada Kilomba (2019), a infantilização é uma das formas pela qual o sujeito negro é percebido como a/o Outra/o, não é reconhecido a partir de sua subjetividade, mas através da estereotipização projetada pelo sujeito branco. O *infant* é justamente, na etimologia da palavra, o “sem fala” é assim que as mulheres negras são vistas nesse contexto, aquelas que não tem a capacidade de falar por si, portanto, não podem apresentar-se nesses ambientes. É um não-lugar para nós.

Ele perguntou entre as colegas da banca: o que é que a pirralha veio fazer aqui? e aí, ele disse que as colegas falaram: ah, ela deve ter vindo só para testar, esse pessoal que está começando agora, deve estar só testando (D.S, 2020, entrevista).

[Na Escola Técnica] tinha Professora Euraria, quando ela dava as aulas para minha turma, um dia ela disse assim: que ela lia a mão, pediu a mão dos alunos pra poder ler, algumas pessoas e eu na minha curiosidade né, entrei na fila com minha mãozinha para ler também. Aí ela pegou a minha mão, leu e disse: “é... você não vai tão longe não, não tem muito futuro, não vai muito longe não” bem assim.... (R.N, entrevista, 2020)

As práticas de racismo e sexismo relatadas pelas cientistas negras são marcadas pelo silenciamento institucional que acaba por reforçar a ideia da existência de uma relação cordial entre os sujeitos, e a naturalização das desigualdades. Ou seja, a falta de ação institucional diante das situações de opressão, assim como a forma com que elas (as instituições) se organizam para

consolidar a supremacia de um grupo racial (o branco), revelam o racismo na sua dimensão institucional

E foi no IFBA que eu me encontrei, né? assim que eu entrei no IFBA conheci o Professor Ives, que ele era o coordenador de área do PIBID – matemática. E foi o PIBID que foi meu alicerce para estar fazendo pesquisa [...]. Só que eu percebi uma coisa que tem no departamento, isso foi algo que percebi logo, um departamento muito masculino, eu via poucas mulheres, isso me incomodava, não olhava muito a questão de raça, mas principalmente a questão de gênero [...] (A.C, entrevista, 2020).

Eu achei bem difícil assim, no início porque desde a entrada, né? Os seguranças me barrando achando que eu era estudante e eu estava sem farda, colegas de trabalho. Porque para mim foi dado uma disciplina que normalmente quem ministra é uma outra professora [...]. E essa professora quis, inicialmente, me ensinar como deveria dar aulas nessa turma, eu com todo jeito disse: é, muito obrigada pelas sugestões, mas assim eu tenho uma forma de trabalhar que é um pouco diferente da dela e com o passar do tempo os próprios estudantes foram percebendo isso, né? (D.S, entrevista, 2020).

Observa-se a partir dos depoimentos a reprodução de relações de desigualdades de gênero dentro dos departamentos, a continuidade de um padrão docente no qual mulheres negras são vistas como “a outra”, ou seja, aquelas que não pertencem a este espaço, sendo necessário ensiná-las o *script* para que saibam trabalhar como aqueles que são, “por direito”, pertencentes e aptos para o trabalho acadêmico.

A convivência em ambientes em que somos vistas como a Outra e não como pares, possui outros elementos que são característicos, o silenciamento ou a minimização sobre as questões de opressão é uma delas, sobretudo no que tange as questões raciais, de gênero e sexualidade. Este “acordo” é o que mantém a cordialidade das relações, que pode ser confundida com “profissionalismo”. Contudo, estas relações podem se tornar conflituosas, pois a consciência e o posicionamento das pessoas em relação a estas questões se dá de forma diferente. Conforme verifica-se nos depoimentos a seguir:

É a questão do trabalho profissional, eu estou no momento no cargo de chefia, e existem pessoas que tem determinadas posturas em relação ao negro, eu já ouvi piadas no passado, tem determinadas posturas em relação a mulher negra, mas, eles se dão ao respeito e então essa relação é totalmente cordial, totalmente profissional (E.A, 2020, entrevista).

Parece que é uma relação muito boa, né? Com os colegas de trabalho, mas essa relação é muito boa no momento em que a gente pensa, a gente enquanto negro/a, pensa em deixar passar as questões raciais (D.S, 2020, entrevista)

A verdade é que, nós enquanto mulheres negras, inseridas em contextos com a grande maioria de homens brancos, como é o departamento de física, precisamos estar atentas e nos posicionar diante das situações. Seja numa reunião quando querem nos calar, nos silenciar ou interromper nossas falas. Então eu, principalmente depois que eu comecei a tomar consciência dessas opressões, eu cobro tratamento adequado, eu digo: olha, deixa eu terminar de falar, vocês não podem (mais) falar por mim (M.S, 2020, entrevista).

Já em relação aos/ as discentes, a percepção que as cientistas têm sobre as questões raciais é mais escancarada, tanto na relação docente-discente, quanto entre os próprios estudantes. Os tendem a expressar publicamente as situações de discriminação sofridas, ainda que fiquem a mercê das relações de poder instituídas.

A convivência entre estes sujeitos múltiplos (pertencentes a diferentes grupos raciais, sexuais, de classe e gênero) – possibilitada pela implementação de políticas afirmativas, tanto aquelas de âmbito nacional como Sistema de Seleção Unificada –SISU, como aquelas adotadas pelo IFBA, permitiram a construção de diálogos e conflitos internos que põe em questão determinadas situações de opressão antes naturalizadas.

Então, se antes você tinha estudantes que estavam querendo sempre se homogeneizar no meio de todos, hoje você consegue observar grupo de estudantes que fazem questão de colocar como pauta diária as opressões que eles sofrem, tanto relacionado com gênero, quanto com raça, classe (L.M, entrevista, 2020).

Os alunos que sentem qualquer tipo de discriminação eles não se calam, eles falam, não vou dizer para você que não exista [discriminação], eu acredito que existe, mas eles se resolvem, então isso não chega muito para gente (R.C, entrevista, 2020).

Eu já observei assim, alguns colegas se referindo aos estudantes durante o conselho de classe de uma forma depreciativa porque era negro, entendeu? Então, eu achei deprimente a situação (R.N, entrevista, 2020).

Esta representatividade discente não veio acompanhada de ações institucionais de combate a estes problemas, pois os sujeitos que têm feito as problematizações (estudantes) não possuem poder para alterar a ordem estabelecida, ficando apenas no campo das relações individuais.

A sub representatividade negra no corpo docente, associada a falta de políticas afirmativas de combate as opressões, alimenta o sistema racista e sexista que se reproduz no interior da instituição, fazendo aludir que os conflitos que se constroem permanecem no campo das relações individuais e não como um problema institucional, que carece de ações que promovam o acolhimento, o debate e projetos focalizados que possam eliminar o problema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre as questões de gênero e raça não é recente, contudo, ainda se constitui como tabu ou é visto como algo de menor relevância em muitas instituições de ensino, diante daquilo que é considerado como conhecimento a ser ensinado. O silêncio é também uma forma de se posicionar em relação a estas questões, uma vez que contribui para silenciar e, portanto, reforçar estas opressões.

No âmbito da EPT, sobretudo, há uma carência de debates e práticas que interseccionem as questões de gênero e raça com o mundo do trabalho, é urgente dismantelar a ideia de que apenas os conhecimentos cognitivos e técnicos são suficientes para formar bons profissionais, os debates sobre inclusão, direitos humanos e diversidades precisa estar contemplado nos currículos, a fim de que por meio da educação possamos plantar sementes da equidade no mundo do trabalho.

Por isso, a partir da pesquisa realizada construímos um catálogo que tem como público alvo estudantes e docentes do Ensino Médio da EPT, que apresenta as histórias de vidas das cientistas negras, a partir das quais é possível compreender como gênero e raça atuam, não só como marcadores sociais da diferença mas, sobretudo, como atravessamentos que condicionam as trajetórias. A partir do catálogo será possível problematizar diversas categorias, destacamos as que compõe a cruzadinha que é parte do material: interseccionalidade, epistemicídio, racismo, sexismo, gênero, raça, cientista, Educação Profissional e tecnológica, trabalho.

Em suma, o material não se encontra fechado, ele deve ser explorado por docentes das diferentes áreas do conhecimento, de modo a adequá-lo as diferentes realidades e objetivos pedagógicos, utilizando de suas capacidades criativas para enriquecer as reflexões propostas. Espera-se a partir disso, contribuir para a efetivação da lei 10.639/03, sobretudo no âmbito da rede federal, visibilizando trajetórias que têm sido historicamente silenciadas, mas também fazendo a denúncia as práticas institucionais e das relações interpessoais que (re) produzem o racismo e o sexismo na sociedade.

6 REFERÊNCIAS

ALEMANY, Maria Carme. Presentes y eclipsadas. In: CARVALHO, Maria Gomes de. **Ciência, tecnologia e gênero: abordagens ibero-americanas**. 1.ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

CARVALHO, José Jorge de. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, Beatriz Petronilha Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

- CUNHA, Marcia Borin da. **As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica.** *Educ. quím.*, **25**(4), 407–417, 2014.
- EUCLIDES, M. S. ; PAULA, S. M. ; SILVA, J. Quando se é mulher, negra, doutora e professora universitária: uma travessia marcada por disputas. In: **Anais.** V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE), 2015, Maceió. V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE), 2015.
- GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (Org). **Racismo e anti-racismo na escola: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo, Editora 34, (2ª edição) 2012.
- MALCOM, Shirley M. Ciencia y tecnologia: trabajo de mujeres, vocês de mujeres. In: CARVALHO, Maria Gomes de. **Ciência, tecnologia e gênero: abordagens ibero-americanas.** 1.ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?.** - Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** – 1º ed. – São Paulo: companhia das letras, 2018.
- ROSA, Katemari. **A (pouca) presença de minorias étnico--raciais e mulheres na construção da ciência.** In: XXI Simpósio Nacional de Ensino de Física – SNEF 2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20 , p. 71-100, jul./dez. 1995.
- SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. In: **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 19-36, jan./jun. 2010.
- SOARES, Cecília Conceição Moreira et al. Mulher negra no mundo do trabalho identidade étnico-racial na educação profissional. In: **Dossiê: Currículos e Práticas educativas em espaços formais de educação**, 2017.